



# SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

28/02/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## Políticos querem mudar Previdência

Aliados do Palácio do Planalto no Congresso começaram a discutir a flexibilização da reforma da Previdência para tentar diminuir os focos de resistência à proposta apresentada pelo presidente Jair Bolsonaro na semana passada. O primeiro recuo em debate com a oposição trata da aposentadoria do trabalhador rural. O texto que chegou ao Legislativo prevê a criação de um valor mínimo de contribuição para os trabalhadores rurais que, atualmente, pagam contribuição ao INSS de acordo com a venda da produção. De acordo com o projeto, que ainda precisa do aval do Congresso, este grupo precisará contribuir com R\$ 600 por ano à Previdência. Esse valor poderá ser alterado posteriormente por projeto de lei. A equipe econômica argumenta que a medida evitaria fraudes. A mudança em discussão é diminuir este valor para algo em torno de R\$ 180 e R\$ 200. Por outro lado, seria estabelecida uma cobrança de cerca de R\$ 30 para trabalhadores rurais aposentados. A ideia já foi apresentada a parlamentares da oposição e integrantes do governo avaliam a legalidade da proposta. Pelas regras atuais, é possível conseguir a aposentadoria após comprovar 15 anos de atividade rural. Segundo técnicos do governo, é comum que essa comprovação seja fraudulenta, o que agrava o déficit. O time do ministro Paulo Guedes diz ainda que, se o trabalhador não conseguir cumprir os requisitos propostos, ele teria o direito a benefícios assistenciais.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 28/02/2019

## Fim da multa do FGTS para aposentado pode parar na Justiça

Há espaço para se questionar na Justiça a proposta da reforma da Previdência de tirar dos aposentados que trabalham o depósito e a multa indenizatória do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Para a consultoria de Orçamento da Câmara, é questionável incluir no texto um tema que já foi discutido no STF (Supremo Tribunal Federal) e que resultou em uma alteração de entendimento no TST (Tribunal Superior do Trabalho). O ponto central da discussão foi a interrupção ou não do contrato de trabalho quando o funcionário se aposenta. Há ainda o risco de violação dos pontos intocáveis da Constituição Federal. Roberto Dias, professor de direito constitucional da FGV-SP (Fundação Getúlio Vargas de São Paulo), considera a proposta uma violação de cláusula pétrea da Constituição.

São quatro as cláusulas que não podem ser alteradas por emendas; uma delas veta mudança na Constituição que resulte no fim de direitos e garantias individuais. Dias afirma que o artigo 7º –que garante a indenização em caso de demissão– busca proteger o trabalhador. "A mudança retira um direito fundamental de um trabalhador, que é a proteção em uma relação em que há certa vulnerabilidade. Mesmo que ele esteja aposentado, o direito deve permanecer." Segundo a Caixa, 907.966 aposentados trabalham na mesma empresa e, por isso, podem sacar mensalmente o dinheiro do fundo.

Quando discutiu o assunto, em 2006, o STF entendeu que a aposentadoria não interrompe o vínculo de trabalho. Em 2008, o TST publicou uma orientação jurisprudencial sobre o assunto, na qual afirmou que "a aposentadoria espontânea não é causa de extinção do contrato de trabalho se o empregado permanece prestando serviços ao empregador". Assim, na demissão sem justa causa, "o empregado tem direito à multa de 40% do FGTS sobre a totalidade dos depósitos efetuados no curso do pacto laboral." Agora, o governo propõe incluir na Constituição a perda do direito à multa e ao depósito.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 28/02/2019

## Privatizações só depois da reforma

As privatizações federais só serão prioridade após a aprovação da reforma da Previdência, afirmou o secretário especial de Desestatização e Desinvestimento do governo, Salim Mattar, nesta quarta-feira (27). “A mãe de todas as reformas é a reforma da Previdência. Sejam cuidadosos, vamos ter foco na reforma. Agora não é o momento de abrir foco em muitas coisas. Depois da Previdência, a gente pode planejar melhor o que fazer de privatizações e desinvestimentos”, disse ele, em evento do banco BTG Pactual, em São Paulo. “Privatizar a Eletrobras é importante, precisamos desses R\$ 12 bilhões [previstos com a desestatização da elétrica] e é uma das três prioridades do governo, junto com a cessão onerosa. Mas temos ainda mais três anos e alguns meses de governo depois da Previdência.” Para Mattar, o ideal seria vender o controle das estatais de uma só vez em 2019, mas isso não é exequível. “Há 500 mil pessoas trabalhando nas estatais. É preciso ir devagar e sempre. A privatização de uma não pode prejudicar a próxima, para não virar um dominó. Temos que fazer isso ‘mineiramente’.” Ele diz que a meta por enquanto, já anunciada anteriormente pelo ministro Paulo Guedes (Economia), é vender US\$ 20 bilhões em estatais, que serão usados para abater a dívida pública do país.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 28/02/2019

## Estabilidade entra na mira do Senado

O Senado deve retomar, ainda neste semestre, uma discussão polêmica que afeta a vida de servidores públicos efetivos em todo o país: a fixação de regras para a demissão por baixo desempenho. O senador Lasier Martins (Podemos-RS) se articula para puxar da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para o Plenário uma proposta que, na prática, flexibiliza a estabilidade do funcionalismo - tema considerado tabu no Congresso desde a Constituição de 1988. Lasier relatou o Projeto de Lei Complementar 116/2017, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça em outubro de 2017, e busca o apoio do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e dos ministros da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e da Economia, Paulo Guedes, para viabilizar a aprovação. Pela proposta, a avaliação será feita anualmente por um grupo e levará em conta a produtividade e a qualidade. Poderá ser exonerado quem receber nota inferior a 30% da pontuação máxima por duas avaliações consecutivas ou tiver desempenho inferior a 50% em três das últimas cinco avaliações.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 28/02/2019



Fonte do clipping: Jornal Folha de S. Paulo – 28/02/2019

Sinopse Sintius – 28/02/2019